



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

FRANCIVANDA ALVES SOUSA

REFLEXÕES TEÓRICAS: A Ética e o Papel do Arquivista

**JOÃO PESSOA - PB
2016**

FRANCIVANDA ALVES SOUSA

REFLEXÕES TEÓRICAS: A Ética e o Papel do Arquivista

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Arquivologia em cumprimento às exigências legais, semestre 2016.1.

Orientador: Prof^o. Doutor. Antônio Germano Ramalho

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S725r Sousa, Francivanda Alves
Reflexões Teóricas [manuscrito] : a ética e o papel do
arquivista / Francivanda Alves Sousa. - 2016.
38 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. Antonio Germano Ramalho,
Departamento de Arquivologia".

1. Ética. 2. Moral. 3. Dever. I. Título.

21. ed. CDD 170

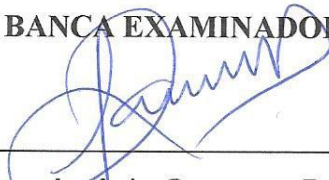
FRANCIVANDA ALVES SOUSA

REFLEXÕES TEÓRICAS: A Ética e o Papel do Arquivista

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Arquivologia em cumprimento às exigências legais, semestre 2016.1.

Aprovado em: 16/10/2016

BANCA EXAMINADORA



Profº. Doutor. Antônio Germano Ramalho/ UEPB
Orientador



Profª. Ma. Esmeralda Porfírio de Sales/ UEPB
Examinadora



Profº. Me. Leonardo Pereira de Assis/ UEPB
Examinador

À Deus, este ser tão sublime e especial por nos trazer orgulho e o prazer de sermos considerado seus filhos, e dessa maneira ser o que somos: obras, únicas e perfeitas, criados minuciosamente por Ele.

O meu filho João Antônio, minha mãe Francisca, e a meu esposo Eduardo, obrigada pela força e compreensão.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por ter me presenteado com o que há de mais inestimável, a vida. E com o seu infinito amor sempre ao meu lado me livrando de todo mal, e me abençoando com a sua unção. Amém.

Agradeço a meu esposo Eduardo Olímpio e ao meu filho João Antônio por ser o meu porto seguro, amores da minha vida.

Agradeço a minha mãe Francisca Alves, este anjo que Deus fez humana, para me dar forças, me incentivar voltar a estudar, acreditar em mim quando nem eu mesmo mais acreditava. Mãe você é minha heroína.

Agradeço ao meu pai Francisco Sousa, que infelizmente não se encontra entre nós, para viver nossa conquista.

Agradeço a Josileide da Silva, amiga que conquistei ao longo do curso. E que o tempo tem conservado a nossa amizade. AMIGA, muito, muito obrigada, amo você em Cristo Jesus.

Agradeço a Ednairan e a Geovanna Nathália, minhas amigas de trabalhos de seminários. Juntas lutamos para que nossos seminários não fossem tradicionais. Demos o nosso melhor. Inovando, criando, quebrando paradigmas. Valeu a pena.

Agradeço aos funcionários do Campus V, pela convivência, contribuição para o meu crescimento pessoal.

Agradeço a todos os professores sem exceção, em especial aos do curso de arquivologia UEPB, pelo amor a profissão que escolheram. A profissão mais linda, mais importante que existe, que sem a profissão de mestre não existiria nenhuma outra profissão, e que infelizmente a sociedade não lhes dá o valor devido. Vocês são seguidores do maior mestre que já existiu, Jesus. Aqui registro a minha gratidão, a minha admiração, e os aplaudo. Professores, meu muito obrigado.

O princípio ético primordial é a reverência pela vida: tudo o que é vivo deseja viver; tudo o que é vivo tem o direito de viver. Nenhum sofrimento pode ser imposto sobre as coisas vivas para satisfazer o desejo dos homens.

Albert Schweitzer

RESUMO

As questões éticas sempre levantaram inúmeras discussões no mundo todo e nos últimos anos a ética profissional vem de forma enérgica compor este cenário. Para tanto, faz-se necessário compreender a luz da ética profissional como as novas profissões devem se comportar, enquadrando-se de forma rápida neste mesmo cenário. O presente trabalho tem como objetivo enquadrar o desenvolvimento das normas de conduta arquivística e faz uma discussão a luz ética, levando em consideração os princípios históricos e filosóficos que a originou, relacionando ética e moral, demonstrando a funcionalidade da ética como base do senso humano. Encontramos discussões a respeito da ética como teoria do dever, fazendo menção a respeito da ética geral e especializada, discorrendo sobre a deontologia, deveres, abordando o Código Internacional de Arquivologia, bem como os Princípios Arquivísticos Brasileiros findando assim, com a deontologia arquivística. Como se enquadram as normas de condutas arquivísticas nos princípios históricos e filosóficos da ética. E tem como postulado suscitar discussões a respeito da Arquivologia dentro dos parâmetros da ética profissional.

Palavras-chave: Ética. Moral. Dever. Deontologia Arquivística

ABSTRACT

Ethical issues always raised numerous discussions around the world and in recent years the work ethic comes vigorously compose this scenario. Therefore, it is necessary to understand the light of professional ethics as the new professions should behave, framing up quickly in this scenario. This paper aims to frame the development of standards for archival conduct and makes a discussion of ethical light, taking into account the historical and philosophical principles that originated, linking ethics and morality, demonstrating the functionality of ethics as the basis of human judgment. We find discussions about the ethics as a theory of duty, making mention of the general and specialized ethics, talking about ethics, duties, addressing the International Code of Archival and Principles archival Brazilians thus ending with the archival ethics. How to fit the standards of conduct in archival historical and philosophical principles of ethics. And has postulated raise discussions about Archivology within the parameters of professional ethics.

key words: Ethic. Moral. To owe. Deontology Archives

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO	10
2 METODOLOGIA	14
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	14
2.2 PROBLEMATIZAÇÃO.....	16
2.3 OBJETIVOS.....	17
2.3.1 Objetivo geral	17
2.3.2 Objetivos específicos	17
3 ÉTICA: PRINCÍPIOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS	18
3.1 A ÉTICA NA GRÉCIA ANTIGA.....	19
3.2 ÉTICA E MORAL.....	22
4 A UNIVERSIALIZAÇÃO DA ÉTICA COMO FUNDAMENTO HUMANO	25
4.1 ÉTICA COMO TEORIA DO DEVER.....	27
4.2 ÉTICA GERAL E ÉTICA ESPECIALIZADA.....	29
4.3 DEONTOLOGIA E DEVER PROFISSIONAL.....	29
5 DEONTOLOGIA ARQUIVÍSTICA	33
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	

INTRODUÇÃO

A ética ocupa na atualidade todos os ambientes acadêmicos cujos pressupostos são alvo de discussão ao longo dos anos. Contudo, essa discussão ganhou proporções maiores a partir do momento em que os cidadãos se tornaram mais participativos, ou seja, reconhecendo nos conjuntos valorativos suas formas de convergir deveres e direitos.

Os estudos sobre ética têm ampla atenção em todos os setores das ciências com destaques significativos na formação intelectual da pessoa humana enquanto portadora de princípios e de valores, interferindo diretamente na formação social, profissional e acima de tudo cidadã das pessoas em busca de fazer garantir os seus direitos fundamentais, cujo espaço da vida aponta para um mundo de frequentes mudanças.

A ética é um conjunto de regras que disciplina, “educa” toda uma cultura, e dá discernimento entre o bem e o mal, o certo e o errado, e leva o ser humano a refletir sobre seu comportamento diante da sociedade e da vida profissional, em que muitas das vezes predomina a competitividade, levando a atitudes reprováveis eticamente.

A vida não é estática e a sociedade que vivemos também não. Saímos de um país com regime ditador para ascender em um sistema de democracia. Protagonizamos cenários políticos nacionais em favor das diretas já¹, cuja maior bandeira eram as votações abertas em candidatos escolhidos pelo povo. Paralelamente a esse movimento, após conquistarmos a redemocratização nacional, constatamos a deflagração de outras lutas sociais, a exemplo: luta das mulheres por acesso ao trabalho com salários compatíveis as suas responsabilidades; a luta dos negros por inserção e contra a discriminação racial; o movimento de gênero onde cada pessoa humana conforme sua opção sexual seja respeitada e tenha a garantia do seu espaço na sociedade.

Diante a tudo isto, voltamos ao conceito primordial da ética, ramo da filosofia que busca fazer compreender as necessidades físicas e espirituais do ser humano. O homem nunca está satisfeito com o que tem por que ele ainda

¹ Movimento político nacional dos anos noventa cuja bandeira era derrotar a ditadura militar instaurada no Brasil desde 1964 e desta forma permitir que o cidadão pudesse escolher pelo voto as pessoas que deveriam ocupar o Poder Público.

não encontrou a felicidade interior, a auto realização, a satisfação plena, o bem estar.

Portanto, torna-se imprescindível voltar-se ao estudo dos princípios éticos, com a finalidade de aprender e apreender a forma adequada de se viver em sociedade.

Para tanto faz se necessário instituir leis, normas para regular o comportamento do ser humano, cujo centro maior é a família, além do ambiente de trabalho, somando a essas esferas o lado social da pessoa através do círculo de amigos.

A ética está representada por um conjunto de normas que regulamenta a sociedade nacional, a sociedade política, a sociedade empreendedora ou empresarial, a sociedade intelectual e particularmente, as pessoas que compõem grupos profissionais, a exemplo de: Arquivistas, Advogados, Médicos, Psicólogos, Administradores, Economistas, Engenheiros, entre outros.

Diante disso, pode-se compreender que a ética terá como enfoque sugerir a conduta do homem na sociedade e a forma de agir dos poderes numa dimensão ampla da importância desses conjuntos de valores e de princípios, enquanto de forma específica, o código de ética tem por ideário posicionar e ao mesmo tempo regulamentar a forma de proceder, de compreender e de agir do profissional, levando em conta os princípios contidos na formação cultural de sua profissão, exigindo atuação legítima, honesta e comprometida com os resultados objetivos da atuação profissional e os fins que devem ser atingidos dando razão a contratação desse profissional.

Dessa maneira, pode-se afirmar que nunca se falou tanto sobre a ética como atualmente. Esse fenômeno pode estar associado a dois fatores: o primeiro diz respeito ao crescimento populacional, já o segundo fator direciona-se ao anseio da compreensão dos princípios éticos, bem como a sua aplicabilidade quase que inexistente desses princípios no dia-a-dia.

A esse respeito Bachelli (2008), declara que a ética não se confunde com a moral. A moral é a normalização da dignidade e condutas tidas como autênticas, intrínsecas ao ser humano e inerente a uma população, tradição, Ceita ou religião.

Neste aspecto, nota-se a diferença entre a ética e a moral. A ética está ligada aos ensinamentos oferecidos nas escolas, dentro de casa, e nos ambientes em que se desenvolvem atividades trabalhistas, intelectuais ou espirituais. A ética diz o que pode ou não ser feito. Em contrapartida, a moral volta-se aos costumes que são ditos como ritos ou rituais de um determinado povo, dentro de um sistema coletivo e social, ou seja, são hábitos que determinado povo ou aldeia desenvolvem e que já fazem parte da tradição de determinado local.

As questões éticas são estáticas e imutáveis. Elas são inflexíveis e distintas. São questões universais e nela o homem não é capaz de fazer escolhas próprias, pois não tem discernimento ou senso crítico, tornando-se incapaz de distinguir o bem do mal. Em contrapartida, a moral norteia-se por questões variáveis e estas questões estão estritamente ligadas aos costumes culturais que são praticados dia-após-dia.

Porquanto, torna-se crucial de forma permanente refletir a respeito do que representa a ética, analisando também a sua essência e funcionalidade frente a uma sociedade de conceitos tão divergentes, bem como a moral, pois como se sabe são duas coisas totalmente distintas, porém complementares, haja vista que a ética norteia as regras profissionais e sociais e a moral dedicasse em explicitar de que maneira se dá esse viver em sociedade.

Por este motivo, esta produção acadêmica busca enquadrar o desenvolvimento das normas de condutas arquivística dentro dos princípios históricos e filosóficos da ética.

Portanto, a ideia de se desenvolver um trabalho acadêmico voltado à ética profissional partiu da disciplina Aspectos Éticos e Legais dos Processos Informacionais, bem como das calorosas discussões em sala de aula, tendo como ponto culminante o arcaístico ético.

Sendo assim, o pensamento de se desenvolver um trabalho acadêmico voltado à ética profissional surgiu da necessidade de compreender o comportamento do profissional de arquivo mediante as necessidades dos usuários.

Diante as explicações anteriormente mencionadas esta pesquisa pretende contribuir de forma relevante atuando no processo de

interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, haja vista que ambas discutem tal acontecimento com muita sinergia e propriedade.

A presente produção acadêmica está estruturada em seis capítulos. No primeiro capítulo é apresentado o contexto da pesquisa, fazendo uma breve apresentação do tema em questão. O segundo capítulo trata da metodologia, onde é exposta a caracterização da pesquisa, a problematização, os objetivos e os instrumentos de coleta de dados. O terceiro, quarto e quinto capítulos são a fundamentação teórica como coração da pesquisa, tratando do desenvolvimento do problema da produção em questão e que cujos argumentos se fundamentam nas referências literárias e nas pesquisas da internet. No sexto capítulo finalizamos com as considerações finais.

2 METODOLOGIA

Entende-se por metodologia como sendo um caminho elencado por pesquisadores a fim de fortalecer as discursões a respeito de um objeto de estudo.

Portando, a metodologia é um caminho traçado que segue regras já pré-estabelecidas que visem auxiliar os pesquisadores na resolução de problemas, sanando dúvidas.

Dessa maneira, compreende-se que a metodologia lança mão de instrumentos selecionados por seu respectivo pesquisador, e este a escolhe conforme o seu elemento de estudo prezando pela coerência dos fatos.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A caracterização da pesquisa tem como objetivo explicitar o método voltado ao objeto estudado. Neste caso, o trabalho classifica-se em pesquisa bibliográfica, exploratória e tem como firmamento abordagem qualitativa.

No tocante a pesquisa bibliográfica, Gil (2007, p.65) diz: “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Köche (1997) diz que acontece quando o discernimento do assunto estudado se dá através do conhecimento de obras já produzidas, contribuindo para levantar questões, reflexões sobre o tema pesquisado. Tornando as obras já produzidas de instrumentos indispensáveis.

Sendo assim, nota-se que para o tema aqui exposto não se admitiria outra classificação que não fosse a de pesquisa bibliográfica, pois a pesquisa bibliográfica não vai a campo, ou seja, não sai de seu ambiente de conforto, para as coleta das informações almejadas. Ela se dá de forma diferenciada, pois o desenrolar do trabalho, bem com os argumentos utilizados dão-se de forma diferenciada, por esse motivo, faz-se necessário que o pesquisador tenha ao seu alcance obras produzidas por outros autores, a fim de facilitar o desenvolvimento do tema elencado pelo pesquisador.

Portanto, a pesquisa assume o formato de exploratória. Esta alicerçasse a partir de um contexto teórico, onde reuniu conceitos indispensáveis a respeito

do tema em questão, ambiciona esclarecer como se dá a deontologia voltada às práticas arquivísticas.

Costa (2011, p.34) alega: “[...] este tipo de pesquisa visa proporcionar certa proximidade com o problema levantado, para que dessa maneira venha torná-la mais claro, ou seja, expô-la de maneira que todos entendam”.

Assim, deduz-se que a pesquisa exploratória trata das minúcias, ou seja, vai a fundo para evidenciar uma situação ou objeto estudado. Isto acontece de tal modo que oferece aos leitores confiabilidade quanto à pesquisa desenvolvida.

Para reforçar esse pensamento Gil (2007, p. 43) declara que:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudo posterior. [...]

Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Ademais, pesquisa exploratória nada mais é que uma ferramenta onde auxilia aos pesquisadores meios para que este desenvolva com precisão o tema selecionado.

Diante disso, a pesquisa tem como alicerce a abordagem qualitativa. Albuquerque (2010, p. 19) relata: “[...] a abordagem qualitativa que procura compreender as características inerentes de um determinado fenômeno de estudo”. Assim, entendemos que a abordagem qualitativa se dispõe a analisar de não estatística os dados coletados.

Rodrigues (2007, p. 38) relata que:

Qualitativa é a pesquisa que predomina, analisa e interpreta Dados relativos à natureza dos fenômenos, sem que os Aspectos quantitativos sejam a sua preocupação precípua, a lógica que conduz o fio do seu raciocínio, a linguagem Que expressa as suas razões. [...] sintetizando; Qualitativa É a denominação dada à pesquisa que se vale da razão Discursiva [...].

A esse respeito Alami (2010, p. 19) declara:

[...] os métodos qualitativos apresentam um espectro de utilização ao mesmo tempo mais específico e relativamente mais amplo: eles são

empregados como métodos exploratórios de um fenômeno social emergente- [...]. Essencialmente, elas permitem revelar dimensões que não são diretamente visíveis mediante abordagens quantitativas, [...].

Diante as citações acima, percebe-se que o método ou abordagem qualitativa parte do mesmo pressuposto. Ambas buscam respostas para problemas que não podem ser obtidos por outra via que não seja qualitativamente, pois tal abordagem ou método como diz Alami propõe o esclarecimento detalhado do objeto pesquisado.

Portanto, compreende-se que a pesquisa qualitativa trata-se da interpretação das informações. Ela é utilizada em situações em que a obtenção dos dados será descritos de forma não numéricas.

2.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Nos dias atuais, fala-se muito sobre ética e inúmeras discussões são suscitadas a esse respeito, seja nas universidades, em trabalhos acadêmicos, no campo da política, e entre outros. A dimensão do termo ética perpassa o campo profissional, assim, pode-se afirmar que existe uma apologia em torno da ética.

Com o avanço da tecnologia, os meios de comunicação surpreendem a todos com velocidade com que as notícias circulam, sem limites de fronteiras, fazendo valer o direito à informação para todos, garantido por lei.

Com a mesma velocidade com que essas informações são repassadas, aumentam a competitividade no meio profissional, fazendo com que as notícias sejam deturpadas, manipuladas.

Dessa maneira, nota-se que a evolução já é um marco na sociedade e quanto maiores são os anseios, maiores são as desordens. E com o crescimento populacional desenfreado expandem-se também as desigualdades sociais. Nos últimos tempos, o aumento da competitividade foi inevitável em particular na vida profissional, ampliando a ausência de comportamento ético e consequentemente induzindo o homem (ser dotado sentimentos e racionalidade) a cometer erros entre si, e entre vários setores da vida cotidiana, em particular na vida profissional, aumentando também a ausência de comportamentos éticos.

E é neste cenário contraditório que se encontra o arquivista, que em meio à crise de conduta preza pelo código de ética e faz dele a sua arma mais poderosa, visando unicamente exercer sua profissão, isentando-se de interesses próprios, sendo imparcial e coerente no trato com a informação.

Para o arquivista, a informação é um patrimônio inesgotável e inestimável e, este patrimônio deve estar ao alcance daqueles que dele necessitem, sem que haja interferência ou tenha passado por qualquer adulteração.

Como base nesta contextualização, esse trabalho parte da seguinte questão de pesquisa: como se enquadram as normas de condutas arquivistas nos princípios históricos e filosóficos da ética?

2.3 OBJETIVOS

2.3.1 objetivo geral

Analisar o desenvolvimento das normas de conduta arquivísticas dentro dos princípios históricos e filosóficos da ética.

2.3.2 objetivos específicos

- Analisar o papel do C.I.A.
- Investigar os princípios arquivísticos brasileiros.
- Retratar as virtudes do profissional de arquivo.

3 ÉTICA: PRINCÍPIOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS

Na história da sociedade o pensamento filosófico a respeito da ética sempre foi muito forte, ao ponto de chegar a influenciar de forma direta na configuração da sociedade, bem como na construção de uma cultura que se debruçava em indagar o mundo, como também o regime ditador em que os cidadãos eram colocados.

A ética é basicamente uma subdivisão da filosofia que se destina a estudar as questões morais. A ética vem do grego *ethos* e segundo dicionário popular significa caráter, moral. Quando volta se a antropologia e sociologia o termo *ethos* dedicasse ao estudo dos costumes de um povo em coletividade. Os seus rituais, tornando-os únicos, enquanto civilização.

Portanto, podemos deduzir que a compreensão do termo ético dentro da filosofia encontra-se desmembrado em sete momentos e circunstâncias que se tornaram um marco na história do povo Ocidental.

A história da filosofia segue desmembrada em seis momentos primordiais, aos quais serviram como alicerce para o que hoje entendemos como filosofia propriamente dita e são elas: a filosofia antiga que foi do século VI a.c ao VI d.C., a patrística século I ao século VII d.C., medieval que surgiu no século VIII e estendeu-se até o século XIV d.C., da renascença século XIV ao XVI d.C., o iluminismo que foi do século XVIII ao século XIX d.C. e a filosofia contemporânea que teve início no século XIX d.C. e segue até os dias atuais. (FERNANDES; JUNIOR, 2014)

Diante disso, compreende-se que a filosofia é uma das ciências mais antigas do mundo. Foi a partir dela que afloraram de forma plena a erudição humana. A filosofia pesquisou, indagou e questionou tudo a sua volta, incentivando e instigando o homem a fazer um alto reconhecimento de si mesmo, bem como sendo precursoras dos vários ramos do conhecimento.

Já no cenário histórico da ética Guimarães (2009, p. 96), declara que:

“[...] a ética remonta da classificação aristotélica dos saberes em teóricos (de natureza descritiva e própria das ciências da natureza), poética (de natureza eminentemente normativa e inerente às tecnologias e às artes) e buscavam orientar-nos sobre o que devemos fazer para conduzir nossa vida de uma maneira boa e justa”.

No contexto histórico a ética procura ser uma bússola, a fim de direcionar o homem enquanto indivíduo que compõe uma sociedade. Orientando-o e ensinando-o a viver em coletividade, onde o querer do indivíduo não é superior ao do coletivo.

Neste cenário, compreendemos a posição da ética segundo os dizeres de Valls (1994, p.7) ao mencionar:

Tradicionalmente ela é entendida como um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica, e eventualmente até teológica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas. Mas, também chamamos de ética a própria vida, [...].

Assim, percebe-se que a ética debruça-se em estudar, bem como desvendar os anseios da alma humana, tentando encontrar respostas viáveis e seguras dentro da ciência, para que enfim esclareça as indagações que a milhares de anos acompanham a sociedade.

3.1 A ÉTICA NA GRÉCIA ANTIGA

A palavra ética vem do grego *ethos*, refere-se a “modo de ser” ou “caráter” segundo alguns dicionários eletrônicos. No entanto, Ferreira (2001, p.323), afirma que a palavra ética significa: conjunto de normas e princípios que norteiam a boa conduta do ser humano.

Para Valls (1994), o conceito de ética é discutido a milhares de anos. Os pioneiros de tal discursão foram Sócrates, Platão e Aristóteles. Sócrates dizia que a ética sujeita o homem a lei coletiva, Já Platão abordava as qualidades do homem dentro da premissa da ética, acreditando na felicidade depois da morte e via na virtude uma forma de limpeza e regeneração, em contra partida Aristóteles defende que o pensamento é o elemento divino do homem.

Pode-se afirmar que a existência do que hoje entendemos por ética surgiu na Grécia antiga por volta dos anos 500 a 300 a.c, e esse acontecimento começava a revolucionar a vida do homem bem como a maneira de viver e pensar a vida em sociedade.

O aparecimento da ética dividiu a vida humana em dois grandes cenários distintos. O primeiro cenário retratava a época da escuridão, onde faz

menção do homem enquanto ser irracional e desprovido da ciência e da intelectualidade.

E o segundo cenário que coloca o homem como sendo um ser alto suficiente. Um ser racional, capaz de fazer escolhas sem ser influenciado por terceiros. Conhecedor do bem e do mal.

Platão em sua obra *A República* comenta:

Quem não for capaz de definir com palavras a ideia de bem, separando-a de todas as outras, e, como se estivesse numa batalha, exaurindo todas as refutações, esforçando-se por dar provas, não através do que parece, mas do que é, avançar através de todas estas objeções com um raciocínio infalível, não dirás que uma pessoa nestas condições conhece o bem em si, nem qualquer outro bem, mas, se acaso toma contato com alguma imagem é pela opinião, e não pela ciência que agarra nela, e que a sua vida atual a passa a sonhar e a dormir, pois, antes de despertar dela aqui, primeiro descerá ao Hades para lá cair num sono completo? (*A República*, 534 b, c).

Mediante a tal citação percebe-se as dificuldades de se definir o que é o bem, pois tal terminologia não tem apenas um significado. O bem está ligado aos termos morais e conseqüentemente a justiça. O homem jamais atingira o ápice do bem sem que antes seja justo.

O bem e a justiça andam juntos e faz da moral a sua ponte de ligação e se isso não acontece o homem tem sua alma lançada na escuridão, roubando-lhe o direito de gozar da plenitude da divindade e conseqüentemente da luz, tornando-se esta companheira do deus do submundo, compartilhadora das trevas.

Em contra partida Japiassú e Marcondes (2001, p.25) o bem é:

Bem (lat. bene: bem) 1. Tudo o que possui um *valor moral ou físico positivo, constituindo o objeto ou o fim da ação humana. 2. Para Aristóteles, o bem é "aquilo a que todos os seres aspiram"; "O bem é desejável quando ele interessa a um indivíduo isolado; mas seu caráter é mais belo e mais divino quando se aplica a um povo e a Estados inteiros." Tanto para os antigos quanto para os escolásticos, o bem designa, em última instância, o Ser que possui a perfeição absoluta: Deus. 3. Os filósofos do séc.XVII retomam a tradição grega de um Bem transcendente como fim de toda ação moral. O Soberano Bem é identificado com Deus: "O Soberano Bem do espírito é o conhecimento de Deus, e a soberana virtude do espírito é a de conhecer Deus" (Espinosa). Assim, o Soberano Bem é o ponto culminante das morais da perfeição. 4. Enquanto conceito normativo fundamental na ordem ética, o bem designa aquilo que é conforme ao ideal e às normas da moral.

Ao fazer uma relação das duas citações compreendemos que o bem é algo intrínseco ao homem, ou seja, é algo que faz parte da sua natureza.

O bem, nos torna um ser iluminado, caridoso e cheio de bondade. Eleva a alma humana ao sétimo céu e quando esse bem é revertido em benefício a outrem enquadra-nos dentro de uma moral coesa e humanitária, nos tornando quase que divino.

Paviani (2012, p.74), ao fazer uma análise do bem segundo o pensamento de Aristóteles declara:

[...] o conceito de bem surge em torno de conceitos como o de fim, de felicidade, de atividade racional da alma e, em vista disso, não pressupõe, como em Platão, uma conversão radical nem se localiza num mundo transcendente, da maneira que ocorre em *A República*, no Livro VI.

Ao analisarmos a interpretação do bem desenvolvida por Paviani, em relação ao pensamento de Aristóteles, é fácil detectar que em nada concordava com Platão, mesmo sendo seu discípulo Aristóteles tem uma visão mais desprendida da religião. Para Aristóteles o fim se dá quando o homem alcança os seus objetivos, e estes objetivos oferece ao homem uma satisfação plena, uma felicidade da alma. “Em suma, a felicidade não é um bem realizável totalmente, mas é um bem que se busca constantemente na ação de viver”. (MALINOSKI; SILVA, 2014, p.4)

Ao nos depararmos com a citação acima, compreendemos que a vida humana passa por modificações constantemente, e isso também acontece com os desejos. A ânsia de descobrir o novo faz parte da natureza do homem, com isso a humanidade direciona os seus passos para era da luz, ou melhor, dizendo do conhecimento a humanidade sai das trevas e ascende na era do conhecimento.

Porquanto o homem descobre que o conhecimento ó liberta das amarras que o tornava escravo e este deixa de ser governado para se alto governar, pois descobre que o rumo de vida se firma a partir das suas próprias escolhas, tornando-se assim, senhor de si mesmo, dotado de capacidade para se alto dirigir. . “O ideal seria viver de acordo com a própria liberdade pessoal [...]”. (VALLS, 1994, p.45)

Assim, pode-se dizer que o termo felicidade e o bem têm significados diferentes e que esta diferença varia de acordo com o tempo e com a evolução da ciência, pois nem sempre aqueles que detêm o conhecimento faz uso adequado, priorizando a coletividade.

Quanto ao mal relata:

1. Em um sentido geral, tudo que é negativo, nocivo ou prejudicial a alguém. "Podemos considerar o mal em um sentido metafísico, físico ou moral. O mal metafísico consiste na simples imperfeição, o mal físico no sofrimento, e o mal moral no pecado" (Leibniz). (JAPIASSÚ E MARCONDES, 2001, p.124)

Neste cenário, pode-se dizer que o bem aos quais os autores comentam, torna-se atualmente utopia, algo surreal, pois a ganância tem direcionado ao homem trilhar caminhos que o conduz para longe do bem.

Valls (1994, p.25), declara: "A maioria das doutrinas gregas colocava, realmente, a busca da felicidade no centro das preocupações éticas". Nisto, nota-se que a essência da ética esta estritamente ligada aos anseios internos do homem, mais precisamente a realização e a felicidade interior e basicamente a realização da alma.

3.2 ÉTICA E MORAL

Entendemos por ética como sendo o estudo do caráter humano, e é ela que vai questionar as ações humanas e as suas escolhas. A ética busca alicerce nos argumentos acadêmicos para melhor explicitar a vida enquanto coletividade, como também a relação do homem com ele mesmo, tentando compreender as necessidades inerentes a ele.

A ética é um ramo da filosofia. É a partir dela que estudamos as questões que regem a vivência em sociedade. Então, podemos considerar a ética como sendo um conglomerado de padrões e idealismo que tem como objetivo direcionar a conduta do homem. (FERREIRA, 2001).

A ética não dedicasse apenas às discussões morais, contudo, vê na moral um caminho para estudar a postura do ser humano frente à nação que vive. Por esse motivo, a moral tornou-se uma aliada da ética no que diz respeito ao estudo da conduta humana.

Assim, podemos considerar que a ética não é moral e a moral não é a ética, pois, como outrora fora comentado a moral volta-se aos costumes culturais, em contra partida à ética tenta esclarecer a razão do agir de cada indivíduo.

Todo ser humano é dotado de uma consciência, que o faz distinguir entre o certo ou errado, justo ou injusto, bom ou ruim, com isso é capaz de avaliar suas ações: sendo, portanto, capaz de ética. Esta vem a ser os valores, que se tornam os deveres incorporados por cada cultura e que são expressos em ação. A ética, portanto, a ciência do dever, da obrigatoriedade, a qual rege a conduta humana. Isso implica dizer que a ética pode ser conceituada como o estudo dos juízos de apreciação a que se refere à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente à determinada sociedade, seja de modo absoluto. (CAMPOS; GREIK; VALE, 2002, p. 1)

Entendemos por moral como sendo uma aglomeração de diretrizes comportamentais, valiosa tida como soberana voltada a uma etnia ou sujeito. (FERREIRA, 2001). Em outras palavras, a moral é basicamente a concentração de costumes adquiridos por meio da cultura e da história e que é desenvolvida por um determinado povo em conformidade com o país ao qual reside.

Barton e Barton apud Cohen e Segre (2002, p.19) admitem que:

[...] moral consiste em questionar-se o que é correto ou incorreto, o que é uma virtude ou uma maldade nas condutas humanas. Amoralidade é um sistema de valores, do qual resultam normas que são consideradas corretas por uma determinada sociedade, como por exemplo, os Dez Mandamentos, os Códigos Civil e Penal etc.

Diante disso, percebe-se que o termo moral goza dos mesmos pressupostos da moralidade, defendendo assim, as premissas da moral, levando o homem a refletir sobre escolhas, e se estar de acordo com os preceitos onde vive.

Portanto, pode-se compreender que a moral é algo estritamente relacionada à cultura de uma nação. Assim sendo, a moral encontra-se exposta de diversas maneiras, mas sempre coadunando com as raízes de um indivíduo.

Cohen e Segre (2002, p. 20) relatam:

A lei moral ou os seus códigos caracterizam-se por serem uma ou mais normas, que usualmente têm por finalidade ordenar um conjunto de direitos e deveres do indivíduo e da sociedade.

Portanto, pode-se deduzir que a ética e a moral são complementares, no entanto, não podemos confundi-las, pois ambas tratam de assuntos distintos. A ética se debruça em estudar o alicerce da moralidade, já a moral volta-se aos hábitos de uma determinada cultura e povo.

Contudo, percebe-se que a moral direciona a conduta humana no seu cotidiano, fazendo uso do bom senso e tendo como base a submissão do indivíduo, não abrindo mão dos princípios que são compreendidos como valores universais.

4 A UNIVERSIALIZAÇÃO DA ÉTICA COMO FUNDAMENTO HUMANO

A ética universal surgiu desde que o primeiro ser racional começou a passear e povoar a terra. A partir desse acontecimento, nasce meio que involuntariamente o desejo de se organizar como povoado/aldeia. Neste momento, começavam a constituir as leis e as normas temporais, tanto políticas como comportamentais.

O mundo que habitamos é constituído por inúmeras fragmentações continentais, ou seja, cada continente tem a sua própria composição e esta composição o torna peculiar. Portanto, ressalva-se que tais especificidades interferem na relação do indivíduo com o coletivo, ou seja, na correlação do querer e o poder, haja vista que o ser humano tem se tornando cada vez mais ambicioso e insatisfeito com as conquistas obtidas.

Mediante as divergentes culturas e costumes fez-se necessário uma constituição ética no qual abrangesse todos os continentes e que fosse isenta de vínculos partidários, religiosos e políticos. Entretanto, tal constituição tem que respeitar o modo de vida e os costumes religiosos de cada nação. A partir de então, surge um trabalho árduo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos que, foi fundada pela Organização das Nações Unidas (ONU), e tem como premissa a valorização do homem bem como uma sociedade mais justa, onde objetiva a fixação da paz. E essa valorização perpassa a diretrizes estabelecidas na sociedade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi criada e publicada no dia 10 do mês 12 de 1948, a partir da resolução 217 A (III), a Assembleia Geral das Nações Unidas.

A D.U.D. H é composta de um preâmbulo antecedendo os 30 artigos que a compõem. Entretanto, selecionaremos quatro artigos que melhor se enquadram na temática discutida e são: 3º, 5º, 7º e o 24º. A partir desses artigos faremos uma relação entre algumas passagens bíblicas, artigos e incisos da Constituição Federal e trechos do livro bioética, para que assim, possamos melhor redigir, bem como, explicitar a situação em questão.

O artigo 3º diz: “Todo ser humano tem direito a vida [...]”. (D.U.D. H, 2014, p.3). Sendo assim, entende-se que a ninguém foi concedido o poder de ceifar (tirar) a vida de outrem. Em consonância com este artigo destacamos um trecho bíblico do velho testamento ao qual diz: “Não matarás.” (ÊXODO, 1993, p. 54). Em contra partida Cohen e Segre (2002, p. 20) em sua obra declaram: “não matar”, como sendo uma das regras básica da moral.

Ao fazer uma comparação entre as 3 citações da D.U.D. H, a Bíblia Sagrada e o livro de Bioética, percebe-se que ambas as 3 tem a mesma finalidade. Porquanto, entende-se que o artigo 3º da D.U.D.H tem embasamento em dois preceitos já existente; a Bíblia Sagrada quando mencionamos o versículo 13 que compõem os dez mandamentos e a moral ramo da filosófica.

O artigo 5º comenta que: “Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”. (D.U.D. H, 2014, p.3). O artigo 5º inciso 3º da Constituição Federal afirma que: “ninguém será submetido à tortura e nem a tratamento desumano ou degradante”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2008, p. 5)

Ademais, Cohen e Segre (2002, p. 20) apud Gert (1970) mencionam o seguinte trecho: “não causar dor”. E em consonância com esse entendimento a Almeida (1993, p. 84), no novo testamento relata: [...] “Aquele que dentre vós estiver sem pecado seja o primeiro que lhe atire pedra”.

Neste cenário, identificamos que as citações acima a semelham-se no tocante ao entendimento de que, ninguém tem o direito de causar dor ou sofrimento quer seja física ou psicológica a outrem, nem expor o individuo a situações degradante ou sub-humana, pois tal prática não é aceitável, e nem aplausível.

O artigo 7º da D.U.D. H (2014, p. 3) declara: “Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção a igual proteção contra qualquer discriminação”.

Neste aspecto, o artigo 5º da Constituição Federal equipara-se ao artigo 7º da DUDH quando diz: “Todos são iguais perante a lei”. Portanto, pode-se afirmar que o artigo quinto da Carta Magna tem elementos semelhantes ao artigo sete da D.U.D.H. Diante disso, pode deduzir que os legisladores espelhou-se na D.U.D.H quando assim, foram desenvolver a Carta Maior, pois

é visível a semelhança entre o artigo 5º da Constituição Federal e o artigo 7º da D.U.D.H.

Já o artigo 24º menciona: “Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas”. (D.U.D. H, 2014, p.5)

A esse respeito o texto Sagrado no livro de Gênesis diz: “E havendo Deus terminado no dia sétimo a sua obra, que fizera, descansou nesse dia de toda a sua obra que tinha feito”. (ALMEIDA, 1993, p. 3)

Ao relacionamos o artigo 24º com a passagem bíblica, percebe-se que a todo ser humano é resguardado o direito ao ócio e ao lazer. Por esse motivo o momento ao descanso torna-se indispensável e alienável, a todos quantos exerçam uma atividade profissional, desde que esta lhe traga algum retorno financeiro, ou seja, alguma remuneração.

4.1 ÉTICA COMO TEORIA DO DEVER

Em toda sociedade e/ou grupo de pessoas existem regras, normas que os regem para que as pessoas procedam eticamente, para que todas se respeitem. Isso torna o dever universal.

O conceito de dever no dicionário popular relata que: “dever é ter obrigação de necessidade de cumprir alguma coisa.” (Rocha, 2004, p. 208). Associando o significado da palavra ética com o significado da palavra dever percebe-se que a ética é o chão do dever, o alicerce do dever. Mas também está relacionado com a palavra moral. Como diz: “O dever é um padrão moral que constitui a base para uma série de teorias filosóficas na ética normativa”.

Assim, entendemos que para aqueles que não são naturais de um determinado lugar, ao chegar deve se comportar segundo os costumes daquele lugar, pois devemos respeitar os diferentes, haja vista que o respeito é base para o bom desenvolvimento das civilizações e que os turistas, bem como os estrangeiros jamais deve ridicularizar e nem tampouco desrespeitar os costumes que ali são desenvolvidos.

O exemplo disso são os costumes sobre as vestes femininas no Ocidente, diferentemente dos costumes no país do Afeganistão. Quem sai do

Brasil e vai a este país, dever respeitar e cumprir o que pede aquele grupo social, no intuito de não ferir os costumes daquele povo. “uma pessoa ao cumprir um dever, respeita todos os seres racional, incluindo ela própria como pessoa do seu outro”.

Aquilo que temos de exigir do nosso princípio não pode ser obtido pela ideia tradicional de direitos e deveres-pela ideia baseada na reciprocidade-, segundo a qual o meu dever é a imagem refletida do dever alheio, que por seu turno é visto como imagem e semelhança de meu próprio dever, de modo que estabelecidos certos direitos do outro, também se estabelece o meu dever de respeitá-los e, [...]. Aquilo que não existe não faz reivindicações, e nem por isso pode ter seus direitos lesados. (HANS, 2006, p.89)

Neste cenário, percebe-se que todo ser humano mesmo antes de nascer lhes é assegurado direito, e conseqüentemente os deveres. Sendo assim, compreende-se que os direitos, bem como os deveres de um indivíduo não pode ser estabelecido por cordialismo, ou ato recíproco, e mesmo que este indivíduo não reclame os seus direitos ou dever, este já existe.

O dever é um padrão moral que constitui a base para uma série de teorias filosóficas na ética normativa. Essas teorias, também conhecidas como teorias deontológicas, são baseadas na premissa de que temos certos deveres como seres humanos e que devemos agir de acordo com esses deveres, independentemente das conseqüências de nossas ações. Por exemplo, os pais têm o dever de alimentar e vestir os seus filhos e eles devem honrar esse dever, mesmo se isso signifique um gasto maior de dinheiro. (http://www.ehow.com.br/etica-normativa-teoria-info_276906/ acesso 08 de outubro de 2014.)

A ética como teoria do dever também conhecida como teorias deontológicas norteiam as profissões como bússolas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional.

Os códigos e princípios éticos foram criados ao longo dos anos a partir de problemas apresentados durante um período de tempo de uma determinada profissão.

Como já foi dito anteriormente, ética e moral são duas palavras de significados muito parecidos; mas, de origens diferentes. A ética é a atitude humana e, a moral são normas, regras a serem cumpridas. E o dever veio para fomentar, para por em prática o que ambas determinam.

No que diz respeito à Arquivologia o Código Internacional de arquivo e os princípios éticos brasileiros veio alicerçar a profissão no sentido de que o próprio tem o dever de agir eticamente dentro dessas normas, esquecendo-se

da próprio vontade, fazendo assim valer, o Código Internacional e os princípios éticos brasileiros de maneira que estes saiam do papel para que, enfim, venham a gerar confiabilidade na profissão arquivística.

4.2 ÉTICA GERAL E ÉTICA ESPECIALIZADA

Todo ser humano é munido de razão que através dela é avaliado a todo instante sobre suas próprias ações, se são corretas e/ou incorretas. Que consciente ou inconscientemente nos faz agir, pensar de acordo com o que nos foi imposto pela moral de uma determinada sociedade.

A ética geral diz respeito às normas. As regras, costumes e tradições aceita e praticada por uma sociedade. Ela é à base do respeito e da boa convivência entre pessoas, animais e natureza. É através dessa ética (geral) que se fundamentam todas as outras éticas, a exemplo: ética ecológica, ética psicológica, ética política, etc., inclusive a ética profissional (especializada).

A esta ética pode-se dizer que é o estudo qualificado, específico de um determinado grupo de pessoas, a exemplo; a ética arquivística, voltada para profissionais que tratam, controlam, vigiam, guardam, conservam, administram os arquivos, e dar acesso à informação.

A palavra ética no contexto sociedade tem o significado de atitudes, de agir corretamente fazendo para o próximo àquilo que faria a si mesmo, em prol do seu bem estar e daqueles que o cercam.

Já no que diz respeito a um determinado grupo de pessoas, tem a interpretação de “obediência às regras”. O ser humano é norteado de ensinamentos de como deve agir com a instituição, com seus colegas de trabalho, com seus superiores, e no caso dos arquivistas, principalmente com os usuários a quem tem o dever de ser um profissional ético.

4.3 DEONTOLOGIA E DEVER PROFISSIONAL

Deontologia é uma palavra de raiz grega composta de dois vocabulários: “Deon ou Deontos” que significa “o que fazer” e “logos” que significa “tratado”. Então, podemos afirmar que a deontologia é uma teoria que fala a respeito das

escolhas que são realizadas pelos serem humanos, fazendo uso da moral, determina o que é necessário e servindo para direcionar o que deve ou não ser feito.

O termo Deontologia foi criado no ano de 1834, pelo filósofo inglês Jeremy Bentham, para falar sobre o ramo da ética em que o objeto de estudo é o fundamento do dever e das normas, deontologia é também conhecida como "Teoria do Dever". (<http://www.significados.com.br/deontologia/>, acesso: 07 de janeiro de 2015.)

Assim, podemos declarar que a deontologia é basicamente um conglomerado de regras preestabelecidas que visam nortear os deveres exércitos por profissionais em consonância com a profissão que este esteja desenvolvendo.

No dizer de Simpson, tais distinções, por si sós, já seriam suficientes para a consideração científica do estudo da questão. Uma vez eleito o trabalho que desempenhará com habitualidade, o ser se compromete com todo um agregado de deveres éticos, pertinentes e compatíveis com a escolha da tarefa a ser desempenhada. Existem aspectos de uma objetividade, volvida ao trabalho, que apresenta particularidades próprias e também peculiares a cada especialização, ou seja, há um complexo de valores pertinentes a cada profissão. (<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Deveres-Profissionais/441455.html>, acesso: 07 de janeiro de 2015)

Kant, afirma que a deontologia pode ser dividida em dois conceitos: razão prática e liberdade. Para Kant, o agir por dever é a forma de dar iniciativa e folego às questões morais; e conseqüentemente isso só será possível, por meio de uma vontade livre. (<http://www.significados.com.br/deontologia/>, acesso: 07 de janeiro de 2015).

Entretanto, Vivemos num mundo capitalista onde só se vale o que se tem, onde os interesses pessoais são irrigados pela soberba do ter e do poder; numa sociedade desigual e conseqüentemente injusta.

Já não se sabe de onde vem nem para onde vai, numa correria desenfreada pela busca equivocada da felicidade, ou seja, a satisfação de realizar os prazeres materiais. E quando não se encontra esses prazeres resta-se a tristeza, a revolta, o sentimento de incapacidade causada por essa mesma sociedade que só valoriza o ser humano pelo seu poder de consumo, e se não, levando-o ao esquecimento os verdadeiros patrimônios que existe: um Deus; dois família e três Estado.

Deus (religião) Ser Supremo, criador de tudo e de todos. Que nos ensina através da sua Palavra o caminho, a verdade e a vida no seu mais profundo significado, modo de viver.

Família instituição composta de pai, mãe e filhos unidos sem fins lucrativos, mas unidos por um sentimento nobre chamado amor.

Sobre esse respeito Hegel apud Valls, (1994, p. 45) diz que: “O Estado tem de ser de direito para poder cobrar dos cidadãos deveres onde as leis e a moral do direito não estejam nem separados nem em contradição”.

Estado: entendemos que o patrimônio é o Estado e os seus herdeiros são os cidadãos. Um estado antiético e com graves falhas morais caminha para a ruína e conseqüentemente o povo que dele necessitam.

Parte-se daí a grande necessidade das instituições, sejam elas igrejas, família e/ou estado trabalharem regras para se sair do individualismo para o coletivo, como: normas, conduta e o significado de coletividade.

A esse respeito Rocha; Pires (2001) declaram que as leis são basicamente normas estipuladas que servem como norte no que diz respeito ao comportamento humano mediante a moral, frente à coletividade e sociedade. “normas são regras que se deve agir; conduta é procedimento moral e coletividade é sociedade”.

Partindo da norma, conduta e coletividade como vimos acima, mergulharemos nos deveres profissionais. Toda profissão tem regras que o regem chamados de “Códigos de ética” a exemplo; código de ética médica; código de ética do psicólogo, etc. e não é diferente na arquivologia.

Lopes de Sá apud Kochanowski (2013, p.102) diz que:

[...] cada conjunto de profissionais deve seguir uma ordem que permita a evolução harmônica do trabalho de todos a partir da conduta de cada um através de uma tutela no trabalho que conduza a regulação do individualismo perante o coletivo”.

Refletindo sobre deontologia e deveres profissionais entende-se que ser um profissional ético depende-se de normas, regras que o vão seguir como individuo, lapidando sua conduta, inserindo-o num contexto não só profissional como também social. A partir desse pensamento Bellotto (2012) suscita algumas questões que, enfim nos põe a pensar, pois como sabe-se a realidade que vivemos não proporciona aos novos, bem como aos antigos profissionais

um ambiente regido de políticas públicas, assegurando assim, aos arquivistas, um local trabalhisco homogêneo, pautado na ética.

Diante de tantos contras, para ser um profissional ético, o arquivista tem de cumprir seu dever; respeitar a ética e a moral; respeitar também o código Internacional de Arquivo, assim como os princípios arquivísticos brasileiro e, com o seu cumprimento ao dever vai além de suas expectativas. Deduzimos dessa forma que tal profissional atinge a ápice da arquivística. Cumprindo com as obrigações conforme a ética que diz respeito à coletividade e a atividade fim do arquivo que é a consulta. Obedecendo também a deontologia que visa restringir as atitudes trabalhistas deste, mediante o seu empregador, e para finalizar posiciona-o na sociedade como um todo.

5 DEONTOLOGIA ARQUIVÍSTICA

A Arquivologia é regida pelo Conselho Internacional de Arquivo. Sendo este composto por dez cláusulas que direciona a conduta do indivíduo frente a organização na qual possui um vínculo empregatício.

O Código de Ética dos Arquivistas foi elaborado pela seção de associações profissionais do Conselho Internacional de Arquivos (C.I. A). O C.I. A foi aprovado no XVIII Congresso Internacional de Arquivos realizada em 1996 no continente asiático, precisamente na China.

O CIA é a organização profissional da comunidade de arquivos a promover a conservação, desenvolvimento e utilização do patrimônio mundial dos arquivos e alcança mais de 190 países.

O código tem como utilidade servir de instrução aos profissionais da área ensinando como proceder e como se comportar. Fazendo-o assim, lembrar-se de seus deveres, obrigações, suas responsabilidades morais, sociais e legais.

Compreende-se que cabe ao arquivista educar os usuários potenciais da relevância de se ter um arquivo apto para o uso, bem como se é indispensável que a existência e permanência desse profissional no seu devido local de trabalho.

Os arquivistas precisam ser destemidos, no que diz respeito à aplicabilidade da ética, principalmente no que diz respeito à vida privada, garantido a privacidade dos documentos secretos, ultrassecretos e sigilosos.

Para tanto, do ponto de vista ético destacamos 3 tópicos que melhor representam a temática aqui discutida e são:

7- Os arquivistas visam encontrar o justo equilíbrio, no quadro da legislação em vigor, entre o direito ao conhecimento e o respeito à vida privada.

8- Os arquivistas servem aos interesses de todos e evitam tirar de sua posição vantagens para ele mesmo ou para quem quer que seja.

9- Os arquivistas procuram atingir o melhor nível profissional, renovando, sistemática e continuamente, seus conhecimentos arquivísticos e compartilham os resultados de suas pesquisas e de sua experiência.

(<http://www.aaerj.org.br/a-profissao/codigo-de-etica/>, acesso: 08 de outubro de 2014.)

No Brasil a Associação dos Arquivistas Brasileiros publicou e divulgou em, 1994 os princípios éticos dos arquivistas, composto por direitos e obrigações e proibições, que regem a profissão.

A esse respeito Cortella, (2013, p.3) diz que:

Ética é o conjunto de valores e princípios que usamos para responder a três grandes questões da vida: (1) quero; (2) devo; (3) posso? Nem tudo que eu quero eu posso; nem tudo que eu posso eu devo; e nem tudo que eu devo eu quero.

O conceito de ética que Cortelia tem abraça todos os princípios éticos arquivísticos, dos deveres, obrigações às proibições. O profissional da informação tem que ter a responsabilidade, discernimento, aptidão, bom senso para tomar decisões junto aos arquivos governamentais e/ou particulares, e principalmente junto aos usuários, inspirando confiança pela profissão.

Ademais, os princípios éticos elaborados pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, objetivam dar respaldo aos arquivistas, propiciando que estes exerçam suas atividades de forma legal dentro do que diz a lei de forma coerente e coesa. Entretanto, a formação profissional não se baseia apenas em leis, normas e conhecimentos técnicos.

O setor profissional estar preocupado muito mais além das éticas profissionais, elas também estão se preocupando com a questão humanitária; o ser humano é em si o maior patrimônio que existe hoje dentro de qualquer setor profissional, não basta seguir regras, normas técnicas, faz-se necessário não só observar, como também, potencializar as virtudes que cada profissional possui.

Neste cenário, podemos elencar suas qualidades relacionadas à arquivologia, seguir: prudência, fidelidade, coragem, justiça, humildade e amor.

Um trabalho desenvolvido por Freire e Silva (2003), coloca-os como ápice da equidade, no entanto, tais qualidades encontram-se descrita em dois momentos. O primeiro momento diz respeito à arquivologia enquanto cenário da ciência. Isso pode ser visível quanto a:

1. Prudência: A prudência é a virtude do risco e da decisão. Nenhuma virtude em ato poderia prescindir da prudência, que age sobre nossas escolhas. A prudência não reina, mas deve governar sobre as decisões.

2. Fidelidade: O homem é espírito pela memória e humano pela fidelidade. Nem dogmatismo, pois, nem inconsciência. Trata-se de não confundir a razão (fidelidade ao verdadeiro), com a moral (fidelidade à lei e ao amor).
3. Coragem: A coragem é a virtude dos heróis. A coragem só existe no presente e deve ser inseparável da medida, sem a qual seria imprudência. Mas há coragem para o bem e para o mal: então, que virtude é essa, indiferente aos valores?
4. Humildade: É uma virtude lúcida, sempre insatisfeita consigo mesma: é a virtude do homem que sabe não ser Deus. Como virtude, é a tristeza verdadeira de sermos apenas nós mesmos. Aceitar-se, sem se iludir.
5. Justiça: A justiça existirá se a fizermos. Ela não é uma virtude como as outras: é o horizonte de todas e a lei de sua coexistência. Sem ela, os valores deixariam de ser valores. É, pois, uma disposição constante, atribuindo a cada um o devido.
6. Amor: O amor é primeiro, não em absoluto, mas em relação à moral, ao dever, à Lei. É o alfa e o ômega de toda virtude. O amor não pode ser comandado, pois comanda. Sua ausência é o que toma as virtudes necessárias: o amor liberta. (FREIRE; SILVA, 2013, p.42)

No segundo momento as virtudes volta-se o arquivista no seu ambiente de trabalho, assim, entende-se que “[...] a prudência é a sabedoria que tem de prevalecer na hora de se tomar uma decisão. A fidelidade é o sentimento de ter agido com ética. A coragem para os sábios é a energia que pulsiona o ser humano a agir corretamente numa situação difícil. A justiça é a consciência de fazer o bem sem olhar a quem. O amor não é paixão; amor é razão, sabedoria, sentimento nobre que estar acima de qualquer mal. À humildade é o reconhecimento de que acima de nós existe um ser Supremo; e sabedoria para na hora de tomar uma decisão, sermos imparcial.” (FREIRE; SILVA, 2013, p. 42, tradução nossa.).

Em consonância com mandala da virtude arquivística Valls (1994, p. 27) em sua obra destaca quatro características que Platão as considera como sendo as principais virtudes humana, e são:

justiça (*dike*) a virtude geral, que ordena e harmoniza, e assim nos assemelha ao invisível, divino, imortal e sábio; prudência ou sabedoria (*frônesis* ou *sofia*) é a virtude própria da alma racional, a racionalidade como o divino homem: orientar-se para os bens divinos. Esta virtude, que para Platão equivale à vida filosófica com uma música mais elevada, é aquela que põe ordem, também nos nossos pensamentos; fortaleza ou valor (*andréia*) é aquela que faz com que as paixões mais nobres predominem, e que o prazer se subordina ao dever; temperança (*sofrasine*) é a virtude da serenidade, equivalente ao autodomínio, à harmonia individual.

Diante dessas virtudes percebemos que o curso de Arquivologia está amparado do Código de Ética, de princípios éticos arquivísticos, de virtudes como as encontradas na mandala das virtudes arquivistas, e que esta tem como alicerce o pensamento filosófico de Platão.

Historicamente as virtudes e as atitudes éticas são instrumentos que o homem, busca por assim dizer assemelhar-se ao divino. Naquela época Platão já investigava as virtudes, justiça, prudência, fortaleza e temperança. Características intrínsecas ao homem é que pode nunca se manifestar, desde que este não nutra a bondade que existe em seu interior.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho faz uma reflexão sobre ética, moral e deontologia. Passeamos nos princípios históricos e filosóficos da ética, e passamos saber onde e porque foi criada a tão clamada ética.

Aprofundamos nosso conhecimento sobre o conceito de ética e moral; que mesmo sendo palavras de significados tão parecidos não devemos confundir – lá. Entendemos o porquê da universalização da ética como fundamento humano.

Já no que diz respeito à ética como teoria do dever, hoje sabe-se que a ética é a base do dever, e que ambas se tornaram universais para melhorar a convivência entre as nações e povos, buscando assim, proporcionar a tão clamada PAZ universal.

Temos a consciência de que a ética geral trata do comportamento humano perante a sociedade e, que a ética especializada é a obediência às regras de um determinado grupo de pessoas, regendo assim, a sua conduta frente ao grupo que se encontra inserido.

A Deontologia é antes de tudo o sistema que regem os deveres profissionais e, assim, podemos concluir que a arquivologia estar bem servida de regras e normas para serem cumpridas. E que os profissionais arquivísticos não tem como não ser ético; pois desobedecendo a tantas regras, só tem uma explicação; amoral não pode ser, pois, os meios de informação estão cada vez mais ao alcance de todos e, que se não seguir as regras mesmo conhecendo-as este ser passa a ser imoral.

Ademais, a ética vai propiciar aos arquivistas respeito, reconhecimento e satisfação em exercer a atividade transmitindo aos usuários de arquivo a confiança tão almejada.

Portanto, ao analisamos tudo o que já foi pesquisado e redigido para o desenvolvimento desta produção acadêmica, sabemos que são muitas as informações e, que as mesmas correm o mundo numa velocidade impressionante. E no mundo competitivo que se vive as empresas e/ou instituições, estão preocupadas e buscam cada vez mais a competência profissional que diz respeito à deontologia arquivística, bem como, as

qualidades intrínsecas ao ser humano, ou seja, as virtudes que cada um é possuidor e pode pôr em prática para o bem de todos.

Arquivista, profissão em ascensão no Brasil, de uma demanda impressionante em todos os cursos de bacharelado, ocupa espaço nas esferas públicas e privadas e se disponibiliza como pessoa empoderada para tratar com dignidade, responsabilidade e zelo profissional as informações e os acervos sob sua guarda, tendo ideais definidos de que não é apenas um guardador de informações ou de acervo, mas, um pensador rico em conhecimento sabedor da importância do que tem sob sua vigilância profissional e a importância das informações que o conjunto de dados pode causar se não for utilizada para o bem conforme está descrito na declaração da ética Arquivística.

Que esse trabalho, a exemplo de tantos outros que foram produzidos nessa perspectiva, possa servir de referência para o aprofundamento do tema, fazendo com que, a cada passo dado, o profissional da Arquivologia se insira no contexto sócio-político, como indivíduo imprescindível para o desenvolvimento das instituições públicas e privadas e contribuindo cada vez mais com o respeito da dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

ALAMI, Sophia. **Os métodos qualitativos**. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 19.

ALBUGUERGUE, Élida da Conceição: **Subsídio para uma política de preservação de documentos textuais no arquivo histórico da Paraíba**. Monografia (Graduação em Arquivologia). Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa 2010, p. 19.

ALMEIDA, João Ferreira de. **A Bíblia Sagrada**. 2ª. ed. São Paulo: Sociedade bíblica do Brasil, 1993. Cap. 1, p. 3; Cap. 20, p. 54 (velho testamento); Cap.8, p.84 (novo testamento).

Associação dos Arquivistas Brasileiros:< <http://www.aab.org.br/publicações>>. Acesso em: 08 jan.2016

BACHELLI, professor. **Ética profissional** – aula 02 (Ética Geral e Profissional). Disponível em: <<http://professorbacchelli.spaceblog.com.br/186516/Etica-Profissional-Aula-02/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **O papel instrumental dos arquivos e as qualidades profissionais dos arquivistas**. Ágora, ISSN0103-3557, Florianópolis, v. 22, n.44, p.5-18, 2012.

BRASIL. **Constituição da República** 29. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicação, 2008.

CAMPOS, Michele; GREIK, Mich; VALL, Tacyanne do. **História da ética**: Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT30082013193807.pdf>> Acesso em: 31 out. 2014.

Código de Ética Arquivística: Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/a-profissao/codigo-de-etica/>>. Acesso em: 08 out. 2014.

COHEN, Claudio; SEGRE, Marco. (Org). **Bioética**. 3ª. ed. São Paulo: Edusp, 2002. Cap. 1, p. 19, 20.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Ética**. *Edukar*, João Pessoa, Jan.2013.

COSTA, Josileide da Silva: **GESTÃO DE ARQUIVOS: Medidas de proteção e segurança do arquivo da Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba**. Monografia (Graduação em Arquivologia). Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa 2011, p. 34.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>> Acesso em: 02 out. 2014.

FERNANDES, Claudia Alves; JÚNIOR, Ricardo de Oliveira: **A história da filosofia antiga e a formação do pensamento ocidental**. Disponível em: <http://gephisnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/a_historia_da_filosofia_antiga_e_a_formacao_do_pensamento_ocidental.pdf>. Acesso em: 20 out. 2014.

FREIRE, Isa Maria; SILVA, Julianne Teixeira. **A mandala das virtudes da arquivologia**. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/17125>>. Acesso em: 20 set. 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário de língua portuguesa**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 323.

GIL, Antônio Carlos: **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007. Cap.6, p. 65.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MOLINA, Juan Carlos Fernández (Org.). **Aspecto Jurídico e Ético da Informação Digital**. Marília: Fundepe; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008, p. 96.

HANS, Jonas. **O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006. Cap. 4, p. 89.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo: **Dicionário básico de filosofia**. Disponível em: <[http://ducarlito.com/dicionario de filosofia japiassu.pdf](http://ducarlito.com/dicionario%20de%20filosofia%20japiassu.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2014.

KOCHANOWSKI, Adriano Tadeu Mottin. **Ética profissional e arquivologia na complexidade dos arquivos médicos**. 2009. Disponível: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22749/000740187.pdf?s>>. Acesso em: 20 set. 2013.

MALINOSKI, Jocemar; SILVA, Sinicley da: **Felicidade: O bem supremo**, no livro *Da obra: ÉTICA A NICÔMACO DE ARISTÓTELES*. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/069e4.pd>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

O que é deveres profissionais. Disponível em: <<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Deveres-Profissionais/441455.html>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

O que é ética. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/etica>> Acesso em: 02 out. 2014.

O que é ética profissional. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/etica-profissional/>>. Acesso em: 02 out 2014.

O que é ética e Moral. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/etica-e-moral/>>. Acesso em: 02 out. 2014.

O que é moral. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/moral/>>. Acesso em: 02 out. 2014.

O que é teoria do dever. Disponível em:< http://www.ehow.com.br/etica-normativa-teoria-info_276906/>. Acesso em: 08 out. 2014.

PAVIANI, Jayme: **A ideia de bem em Platão**. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/.../989>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

PLATÃO. **A República**. Trad. e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30555-32164-1-PB.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2014.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa Acadêmica**: como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007, p. 38.

ROCHA, Ruth; PIRES, Hindenburg da Silva. **Minidicionário**. São Paulo: Scipione, 2001. p, 208.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1994, págs.7,25,45.